

Raquel Medeiros | **Mentoria CACD**

ATUALIDADES JULHO/2025





SUMÁRIO

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	3
TEMAS MULTILATERAIS.....	7
SEGURANÇA	7
MEIO AMBIENTE	4
DIREITOS HUMANOS E AFINS.....	5
ECONOMIA.....	6
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	7
RELAÇÕES BILATERAIS.....	9
EUA	9
PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL	10
PAÍSES AFRICANOS	10
PAÍSES ASIÁTICOS	11
PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA	12
PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO	13

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

6–7 jul

Cúpula do BRICS no Rio – Declaração de Líderes
Documento central da presidência brasileira do BRICS em 2025; abrange governança global, reforma de instituições e conflitos (com menções a Gaza). Link (MRE).

A presidência brasileira do BRICS é um momento-chave para projeção internacional, pois o Brasil atua como anfitrião e articulador das pautas de um bloco que busca reformar a governança global, incluindo Conselho de Segurança da ONU e instituições financeiras multilaterais. A menção a Gaza sinaliza como fóruns emergentes também abordam crises internacionais, reforçando a diplomacia brasileira como voz do Sul Global.

13 jul

Peruaçu na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO)
Nota do MRE sobre a inscrição — valoriza diplomacia cultural e agenda UNESCO.

Inscrição de sítio natural brasileiro na UNESCO demonstra o uso da diplomacia cultural como ferramenta de *soft power*, reforçando a imagem do país e potencializando turismo e preservação ambiental.

24 jul

Agréments – República do Congo e República Centro-Africana
Movimentação de quadro diplomático na África.

Agrément – Síria

Passo administrativo na relação Brasil-Síria.

Movimentações diplomáticas na África mostram o esforço brasileiro de manter ou ampliar presença no continente, o que dialoga com a tradição universalista e a cooperação Sul-Sul. No caso sírio, o agrément indica retomada ou manutenção da capacidade de representação em um contexto de instabilidade prolongada, reforçando a visão brasileira de diálogo e solução pacífica de conflitos.

22-23 jul

Reunião do Brasil na OMC (Genebra)

Nos dias 22 e 23 de julho, o Brasil participou da **Reunião do Conselho Geral da OMC**, em Genebra.

Na sessão, reafirmou-se o compromisso com o **sistema multilateral de comércio**, apesar dos desafios enfrentados pela instituição em seu 30º aniversário, apontando a atual crise de credibilidade da OMC.

28 jul

Participação do Brasil na Conferência de Alto Nível (NY) – Solução de Dois Estados

Posição reiterada do Brasil sobre Gaza/Palestina e reconhecimento.

Evento focado na criação de um Estado palestino, no qual o Brasil reafirma seu histórico apoio à solução de

dois Estados e ao Direito Internacional. Isso reforça a coerência da política externa brasileira e sua atuação no sistema ONU.

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

Resoluções de julho do CSNU

14 jul: S/RES/2785
(Haiti – BINUH).

Prorroga o mandato do Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH), que atua no assessoramento político, fortalecimento institucional e apoio a eleições no país, em meio a grave crise de segurança e instabilidade. O Brasil tem histórico de atuação no Haiti (MINUSTAH, 2004-2017) e acompanha de perto a agenda de paz e segurança na região.

14 jul: S/RES/2786
(Lêmen – UNMHA).

Renova o mandato da Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hodeida (UNMHA), voltada ao monitoramento do cessar-fogo e à desmilitarização de áreas estratégicas no lêmen, em contexto de guerra civil e crise humanitária.

15 jul: S/RES/2787
(Mar Vermelho).

Medidas relativas à proteção de rotas marítimas no Mar Vermelho, diante de ameaças a navios comerciais e à segurança de navegação, agravadas por ataques atribuídos a grupos armados.

22 jul: S/RES/2788
(manutenção da paz e segurança) – adoção unânime.

Resolução de caráter mais genérico, reafirmando princípios e estratégias para manutenção da paz e segurança internacionais, com destaque para prevenção de conflitos e fortalecimento de missões de paz.

29 jul: S/RES/2789
(Paz e segurança na África/sanções).

Trata de medidas de sanção relativas a um país africano específico (normalmente envolvendo embargo de armas, congelamento de ativos e restrições de viagem), em resposta a violações de direitos humanos ou ameaças à paz.

Ciberataque ao sistema PIX – suspeito preso (abril a julho)

Em 2 de julho, um ataque cibernético à empresa C&M Software, que integra bancos ao sistema de pagamentos instantâneos PIX, resultou no desvio de **mais de R\$ 540 milhões** em uma única noite. A Polícia prendeu o funcionário João Roque, que teria vendido suas credenciais de acesso para hackers, além de bloqueio de ativos e suspensão de parte dos serviços da empresa. Tanto Reuters quanto AP noticiaram amplamente o incidente.

Relevância para o CACD:

- Destaca a segurança cibernética como um novo vetor de **ameaças à soberania** e à economia.

- Envolve instituições como o **Banco Central**, temas abrangendo **direito digital e regulação financeira**, bem atuais.
- Permite discutir a necessidade de uma **Estratégia Nacional de Segurança Cibernética**, especialmente em ambientes críticos (finanças), atrelado ao Sistema de Governo e sociedade digital.

MEIO AMBIENTE

7 jul	BRICS – Declaração-Marco sobre Finanças Climáticas Compromissos do BRICS para ampliar financiamento climático, com recados sobre arquitetura financeiro-monetária internacional. Documento conjunto que vincula a agenda climática ao sistema financeiro internacional, defendendo ampliação de recursos para países em desenvolvimento e ajustes na arquitetura global de financiamento. É um exemplo de diplomacia temática do Brasil, ligando desenvolvimento sustentável a questões econômicas. Leia aqui.
8 jul	ONU aprova moção para eliminação gradual dos combustíveis fósseis. O Conselho de Direitos Humanos da ONU votará proposta que inclui a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, pautando o direito a um ambiente limpo como fundamental — embora não seja juridicamente vinculativa, sinaliza mudança normativa global.
17 jul	“Devastation Bill”: retrocesso ambiental aprovado pela Câmara A Câmara dos Deputados aprovou o polêmico projeto de lei que enfraquece significativamente o licenciamento ambiental, chamado de “Devastation Bill”. Críticos alertam sobre as consequências para a Amazônia, povos indígenas e proteção ambiental institucional.
23 jul	ICJ – Suprema Corte Internacional: inação climática viola o Direito Internacional A Corte Internacional de Justiça (CIJ) concluiu que não combater mudanças climáticas pode violar o Direito Internacional, reconhecendo o “direito a um ambiente limpo” como direito humano e criando bases para responsabilização de Estados.
29-31 jul	COP30 – Conferência Global sobre Clima e Saúde

	A OMS, o Brasil e a OPAS organizaram evento preparatório para a COP30, com foco na saúde pública e vulnerabilidade climática.
28 jul	Estudo sobre mineração informal e desmatamento Levantamento econômico-ambiental destacou que a mineração informal, sobretudo na Amazônia, impulsiona desmatamento sem gerar benefícios econômicos duradouros.
Destaques ambientais em julho de 2025	Em julho, a ONU Meio Ambiente (UNEP) destacou: • A marcação do Earth Overshoot Day (24 jul), data em que a humanidade esgota os recursos naturais que o planeta consegue regenerar anualmente; • Programas de financiamento climático na África; Soluções baseadas na natureza e impactos de cadeias de frio frente ao aquecimento global.

DIREITOS HUMANOS E AFINS

17–18 jul	Soberania Alimentar. Participação brasileira chefiada pelo Secretário de África e Oriente Médio. O Brasil participou, representado pelo Secretário de África e Oriente Médio do Itamaraty, de reunião internacional dedicada à soberania alimentar — conceito que envolve o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. A participação nesse tipo de fórum conecta a diplomacia brasileira a temas estratégicos para países em desenvolvimento, como segurança alimentar, desenvolvimento rural sustentável, combate à fome e cooperação técnica. A presença de um alto representante responsável pelas áreas da África e do Oriente Médio também sugere que a pauta tenha tido ênfase em parcerias Sul-Sul, especialmente com países africanos e árabes, regiões onde o Brasil mantém atuação relevante por meio de programas como o Mais Alimentos Internacional e cooperações no âmbito da FAO.
25 jul	Decisão judicial favorável a direitos trans no Brasil O que aconteceu: Em 25 de julho, uma decisão judicial suspendeu a norma do Conselho Federal de Medicina (de abril de 2025) que proibia a terapia hormonal para menores trans. A suspensão restabeleceu o direito ao atendimento médico para jovens trans em todo o país.
jul	Revogação de Visto – Ministro Alexandre de Moraes (18 jul) Os EUA revogaram o visto do ministro do STF, Alexandre de Moraes, citando preocupações com perseguição política e

violação de liberdade de expressão. A medida intensificou a crise bilateral.

Sanções dos EUA contra o Ministro Alexandre de Moraes (30 jul)

No dia 30 de julho, os Estados Unidos aplicaram sanções ao ministro do STF Alexandre de Moraes, fundamentadas na Lei Magnitsky, acusando-o de violações aos direitos humanos— incluindo restrições à liberdade de expressão e detenções arbitrárias relacionadas ao processo contra o ex-presidente Bolsonaro. Essas medidas também incluíram revogação de visto e congelamento de ativos.

ECONOMIA

6 jul

BRICS – Ministros de Finanças propõem fórmula unificada para reforma do FMI. Peso por PIB e PPC, visando maior representação de economias emergentes.

A proposta, apresentada no encontro de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do BRICS, combina critérios de PIB nominal e Paridade do Poder de Compra (PPC) para redistribuir cotas no FMI. O objetivo é aumentar a representatividade das economias emergentes no processo decisório, reduzindo a concentração de poder dos países desenvolvidos. Trata-se de uma pauta histórica do grupo e coerente com a diplomacia econômica brasileira de reforma das instituições de governança global.

7 jul

Mercado revisa projeções de inflação e Selic.

O mercado financeiro manteve a projeção da taxa Selic em cerca de 15% para o final de 2025, com redução prevista para 12,5% em 2026.

9 jul

Tarifa de 50% imposta pelos EUA.

Trump anunciou tarifas elevadas sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto, como reação ao processo contra Bolsonaro; Lula prometeu retaliações via Lei de Reciprocidade Comercial.

11 jul

Ministério da Fazenda eleva projeção de crescimento do PIB e reduz estimativa de inflação.

O Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) aumentou a expectativa de crescimento do PIB de 2,4% para 2,5% para 2025, enquanto revisou a projeção da inflação (IPCA) de 5,0% para 4,9%.

14 jul

PIB do Brasil segue resiliente, mas perspectivas apontam desaceleração.

	Análise do <i>Americas Quarterly</i> indicou projeção de crescimento do PIB de 2,2% em 2025 e de apenas 1,6% em 2026.
29 jul	FMI – World Economic Outlook Update (julho 2025) Revisão de crescimento global para 3,0% (2025) e 3,1% (2026); cenário incorpora dinâmica tarifária e condições financeiras. O FMI revisou a previsão de crescimento global para 3,0% em 2025 e 3,1% em 2026, considerando aumento de tarifas comerciais e condições financeiras restritivas em várias economias. Essas projeções afetam diretamente o comércio internacional, fluxos de capitais e decisões de política monetária. Para o Brasil, impactam expectativas de exportações, investimentos e gestão da dívida. Aviso do FMI sobre novos impactos econômicos. O FMI advertiu que futuras tarifas dos EUA podem reduzir o PIB brasileiro em até 1,4 ponto percentual.
jul	IPCA de julho (divulgado em 12/ago) 0,26% no mês; 5,23% em 12 meses; alimentos em queda e habitação em alta — dado-chave para conjuntura monetária. A inflação medida pelo IPCA foi de 0,26% no mês, acumulando 5,23% em 12 meses. A queda nos preços de alimentos e a alta no grupo habitação refletem dinâmicas setoriais internas. É um dado essencial para a formulação de política monetária pelo Banco Central, que precisa equilibrar a meta de inflação com o cenário de juros e crescimento. Queda em preços do café. O IPCA registrou queda de 1,01% no item café — o primeiro recuo em 18 meses — ainda que o mercado avalie se isso decorre de oferta ou das tarifas

INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO

2–3 jul	MERCOSUL–EFTA – Conclusão das negociações Anúncio oficial; atos da LXVI Cúpula do MERCOSUL (Buenos Aires) incluindo declaração sobre integração e segurança energética. Durante a LXVI Cúpula do MERCOSUL, realizada em Buenos Aires, foi anunciado oficialmente o encerramento das negociações entre o bloco e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA — Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein). Além disso, a declaração final incluiu pautas sobre integração regional e segurança energética. O acordo com a EFTA reforça
---------	---

	a abertura comercial do MERCOSUL e diversifica seus parceiros além da União Europeia, inserindo temas contemporâneos como sustentabilidade e transição energética.
4 jul	Brasil assume a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL (2º semestre/2025). O Brasil assumiu a PPT do MERCOSUL para o segundo semestre de 2025, função rotativa que garante ao país a liderança na agenda política, comercial e institucional do bloco durante o período. A PPT é uma oportunidade para o país pautar prioridades estratégicas, avançar em negociações e fortalecer a coesão regional.
7 jul	Brasil e China assinam Memorando de Entendimentos para estudos sobre um sistema de transporte integrado, com destaque para um corredor ferroviário bioceânico Brasil-Peru, conectando o Atlântico ao Pacífico via Porto de Chancay. Essa parceria entre o Ministério do Planejamento (via Infra S.A.) e o China Railway Economic and Planning Research Institute visa avançar na integração ferroviária tanto dentro do território brasileiro quanto com países vizinhos sul-americanos. A iniciativa marca um passo estratégico para modernizar a infraestrutura logística regional.
16–17 jul	OEA – MISPA VIII (Rep. Dominicana) Foco: reforma e transformação policial e cibersegurança (segurança cidadã). A 8ª Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas (MISPA VIII), da Organização dos Estados Americanos, centrou-se em reforma e transformação policial e em cibersegurança aplicada à segurança cidadã. O encontro buscou articular políticas e boas práticas para fortalecer as instituições policiais e enfrentar ameaças digitais crescentes.
28 jul	Reunião da CRPM do MERCOSUL (presidida pelo Brasil) Coordenação regional no semestre da PPT brasileira. A Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) reuniu-se sob presidência brasileira para coordenar agendas internas do bloco, alinhando prioridades políticas e negociações externas. Como parte da PPT brasileira, a reunião reforça o papel do país como articulador no processo decisório do bloco.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

ATENÇÃO!

Relação com os EUA – Nota sobre “manifestações indevidas”

Rechaço do MRE a declarações do governo norte-americano sobre assuntos internos do Judiciário brasileiro (contexto da crise bilateral).

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) publicou nota oficial rejeitando declarações do governo norte-americano a respeito de questões internas do Judiciário brasileiro. O posicionamento ocorreu no contexto de uma crise diplomática desencadeada após pronunciamentos de autoridades dos EUA sobre decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial relacionadas a processos envolvendo figuras políticas brasileiras. Ao classificar as falas como “intromissão” ou “manifestações indevidas”, o Itamaraty reforçou o princípio de **não intervenção em assuntos internos** — um dos pilares da política externa brasileira. Essa reação também evidencia o esforço do Brasil em preservar a autonomia de seus poderes constitucionais e a soberania nacional frente a críticas externas.

16 jul

Investigação Comercial Americana – Seção 301.

O **Representante de Comércio dos EUA** abriu investigação formal sobre práticas comerciais brasileiras com base na **Seção 301 da Trade Act de 1974**. As causas apontadas incluíram supostas barreiras ao comércio digital (como o PIX), tarifas preferenciais a outros parceiros, corrupção e desmatamento ilegal. Essa ação reforça a tensão bilateral em torno de comércio e tecnologia.

9-30 jul

Tarifas de 50% nos Exportados Brasileiros.

O presidente Trump impôs tarifas de **50% sobre produtos brasileiros**, justificando com base num alegado cerceamento político e narrativa de perseguição contra Bolsonaro. O Brasil denunciou a medida como chantagem, respondendo com queixas na OMC e ativando a **Lei de Reciprocidade Comercial** (Decreto regulamentado em 15 de julho).

Missão do Senado nos EUA – Diálogo sobre Tarifas (28 jul)

Uma missão oficial do Senado brasileiro iniciou diálogo com autoridades dos EUA (em Washington) para tentar suspender o “tarifaço” de 50%. Participaram senadores, diplomatas, o ex-diretor-geral da OMC e o Itamaraty.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

3 jul

Visita de Lula ao Paraguai e Itaipu.

Em 3 de julho de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou convite do presidente do Paraguai, Santiago Peña, para visitar o país. Em reunião na embaixada brasileira em Buenos Aires (durante a cúpula do MERCOSUL), ambos os líderes decidiram retomar a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu — suspensa em abril devido a suspeitas de espionagem por parte da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). O encontro foi marcado por um tom de respeito mútuo e disposição para diálogo, reforçando a cooperação bilateral no âmbito energético e diplomático.

21 jul

“Democracia Sempre” – Declaração Conjunta (Santiago).

Iniciativa político-diplomática na América do Sul com participação brasileira.

A “Declaração Democracia Sempre” foi assinada em Santiago por chefes de Estado e/ou chanceleres de países sul-americanos, incluindo o Brasil. O documento reafirma o compromisso da região com a defesa da democracia, o Estado de Direito, a separação dos poderes e o respeito aos direitos humanos, em resposta a desafios recentes à ordem democrática no continente. A iniciativa combina elementos de diplomacia política e concertação regional, buscando reforçar valores compartilhados e criar uma base para atuação coordenada frente a ameaças autoritárias ou golpes de Estado.

Contexto: Esse tipo de declaração se insere na tradição da política externa brasileira de fortalecer a governança democrática na América do Sul, em linha com instrumentos anteriores como a Cláusula Democrática do MERCOSUL (Protocolo de Ushuaia) e a Carta Democrática Interamericana da OEA.

PAÍSES AFRICANOS

21 jul

Conferência Brasil–África na UFJF – Início do Global July 2025.

A abertura do programa **Global July 2025** na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) contou com uma conferência inaugural dedicada às relações Brasil–África, enfatizando a **cooperação para o desenvolvimento** e a **internacionalização do ensino superior**. A iniciativa reuniu acadêmicos e especialistas em relações internacionais para discutir a dimensão formativa, cultural e estratégica do relacionamento bilateral. Essa vertente, muitas vezes chamada de **diplomacia acadêmica**, constitui uma ferramenta de soft power relevante

para a inserção internacional do Brasil, aproximando-o de países africanos por meio da educação, da ciência e da cultura.

Contexto: O Brasil mantém, desde a década de 2000, uma política consistente de estreitamento de laços com países africanos, incorporando a educação como vetor de sua **cooperação Sul-Sul** — a exemplo de programas como o PEC-G (Programa Estudante-Convênio de Graduação) e de parcerias acadêmicas com instituições africanas. Eventos dessa natureza reforçam essa tradição e ajudam a consolidar redes de contato e capital humano favoráveis ao Brasil.

PAÍSES ASIÁTICOS

4 jul

Acordo com a Indonésia em áreas-chave.

A visita do presidente da Indonésia ao Brasil resultou na assinatura de acordos bilaterais abrangendo **segurança alimentar, energia renovável, bioenergia, defesa e educação**. Esses temas dialogam diretamente com as prioridades da política externa brasileira para a Ásia, associando diplomacia econômica, tecnológica e de defesa à agenda de desenvolvimento sustentável. A cooperação em bioenergia e energia renovável reforça a imagem do Brasil como liderança na transição energética, enquanto os entendimentos em defesa e educação ampliam a densidade estratégica da relação bilateral.

8 jul

Visita de Estado do Primeiro-Ministro da Índia ao Brasil.

Agenda estratégica bilateral (segurança, terrorismo, economia).

O Primeiro-Ministro da Índia realizou visita de Estado ao Brasil, ocasião em que foram discutidas pautas estratégicas bilaterais envolvendo **segurança, combate ao terrorismo e cooperação econômica**. A visita reforça a importância da parceria Brasil-Índia, que transcende o comércio e inclui cooperação em defesa, tecnologia, energia renovável e governança global. Além do diálogo bilateral, o encontro insere-se no contexto mais amplo das convergências no âmbito do **BRICS**, reforçando a atuação conjunta na defesa de reformas na governança internacional, inclusive no Conselho de Segurança da ONU e em instituições financeiras multilaterais.

Contexto: A Índia é um dos principais parceiros estratégicos do Brasil na Ásia e no Sul Global. Ambos compartilham posições em temas como reforma da ONU, fortalecimento do multilateralismo e desenvolvimento sustentável. O combate ao terrorismo e a cooperação em segurança são áreas que

vêm ganhando peso, especialmente no cenário internacional marcado por conflitos assimétricos e ameaças transnacionais.

9 jul

Diplomacia entre Mercosul e Sudeste Asiático.

Durante a mesma visita, o presidente Lula defendeu uma **aproximação institucional entre o Mercosul e o Sudeste Asiático**, com vistas a ampliar o comércio e a cooperação com economias dinâmicas como Japão, China, Índia, Vietnã e Indonésia. A proposta sinaliza uma estratégia de diversificação de mercados e redução da dependência comercial de parceiros tradicionais. A menção à participação futura do Brasil na cúpula da ASEAN, na Malásia, insere o país num diálogo mais estruturado com o principal bloco do Sudeste Asiático.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

14–15 jul

Visita do Chanceler Mauro Vieira à Irlanda (Dublin). Itinerário e agenda de trabalho (parceria bilateral e UE).

O chanceler Mauro Vieira realizou visita oficial à Irlanda, com agenda voltada ao fortalecimento da **parceria bilateral** e ao diálogo no âmbito da **União Europeia**. Foram discutidas oportunidades em comércio, investimentos, inovação e transição energética, além de temas multilaterais como direitos humanos e paz internacional. A visita também buscou ampliar a presença brasileira no mercado europeu pós-Brexit, reforçando a diversificação de interlocutores dentro da UE.

21–23 jul

Delegação do Comitê de Comércio Internacional (INTA) da União Europeia visita o Brasil.

Uma comissão de 10 parlamentares europeus, do Comitê de Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu, esteve em Brasília e São Paulo entre os dias 21 e 23 de julho. O foco foi aprofundar o diálogo sobre o Acordo de Parceria Mercosul–UE, abordando seus aspectos políticos, econômicos e ambientais. A agenda incluiu reuniões com ministros, autoridades, setor privado, sociedade civil e *think tanks*.

25 jul

França anuncia que reconhecerá o Estado da Palestina (set.) – saudação do Brasil. Posição oficial do MRE e enquadramento diplomático.

O governo francês anunciou que reconhecerá oficialmente o Estado da Palestina em setembro de 2025. O Itamaraty publicou nota saudando a decisão, enquadrando-a como alinhada aos princípios brasileiros de defesa da solução de dois Estados e do direito à autodeterminação. O gesto reforça



a coerência da PEB em relação ao conflito israelo-palestino e a busca por uma solução negociada, respaldada pelo direito internacional e pelas resoluções pertinentes da ONU.

29-30 jul

9ª Reunião da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-UE (EESC-CDESS).

Comentário: Entre os dias 29 e 30 de julho, ocorreu em Brasília a 9ª edição da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-UE, organizada em conjunto pelo Comitê Econômico e Social Europeu (EESC) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (CDESS). O encontro promoveu diálogo direto entre setores da sociedade civil de ambos os lados sobre desenvolvimento sustentável e integração socioeconômica.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

6 jul

BRICS critica ações militares no Irã e exalta solução de dois Estados.

Durante a **Cúpula do BRICS em Brasília**, realizada em 6 de julho, o bloco condenou o aumento de tarifas e ataques ao Irã — sem mencionar diretamente os Estados Unidos — e criticou as ações militares de Israel na região. A declaração também reafirmou o apoio à **solução de dois Estados** como caminho para a paz no Oriente Médio, em referência ao conflito israelo-palestino.

